





EDUFDPar

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA:

Retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Ana Rebeca Veras Brito Fontenele

UFDPar
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

FAPEPI

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA:

retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

FAPEPI

Ana Rebeca Veras Brito Fontenele

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA:

retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica

EDUFDPar

2026

Conselho Editorial
Francisco Antonio Machado Araujo (Presidente)
Algeless Milka Pereira Meireles da Silva (UFDPar)
Cintia Martins Perinotto (UFDPar)
Francisca Maria de Sousa (UFDPar)
Frederico Osanan Amorim Lima (UFDPar)
José Jonas Alves Correia (UFDPar)
Hélder Ferreira de Sousa (UFDPar)
Maria Dilma Ponte de Brito (UFDPar)
Manoel Dias de Souza Filho (UFDPar)
Natasha Teixeira Medeiros (UFDPar)
Pedro Jorge Sousa dos Santos (UFDPar)
Rosa Helena Rebouças (UFDPar)
Tatiane Caroline Daboit (UFDPar)
Jezio Hernani Bomfim Gutierre (Fund. Editora da UNESP)
Jakson Renner Rodrigues Soares – UdC (Espanha)
Juan Carlos Sierra - Universidade De Granada (Espanha)
Jezio Hernani Bomfim Gutierre (UNESP)
Fernando de Souza Coelho (EACH-USP)
Jakson Renner Rodrigues Soares (UdC)
Juan Carlos Sierra (UGR)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA:
retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica

© Ana Rebeca Veras Brito Fontenele

1ª edição: 2026

Diagramação
Josué da Silva Máximo
Capa
Otavio Augusto Cerqueira Araujo

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

F683e Fontenele, Ana Rebeca Veras Brito
Educação financeira como estratégia de política pública: retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica [livro digital] / Ana Rebeca Veras Brito Fontenele. – Parnaíba, PI: EDUFDPar, 2026.
E-book; 68 p.: il. color.

ISBN: 978-65-82654-13-8

1. Educação financeira. 2. Mulheres – Gestão financeira. 3. Endividamento. 4. Inclusão financeira. 5. Vulnerabilidade Socioeconômica. I. Título.

CDD: 332

Elaboração: Márcia de Arêa Leão Oliveira. CRB-3/1003-3





Luís Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Santana
Ministro da Educação

João Paulo Sales Macedo
Reitor

Vicente de Paula Censi Borges
Vice-reitor

Rafael Araújo Sousa Farias
Pró-reitor de Administração

Osmar Gomes de Alercar Junior
Pró-reitor de Planejamento

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Pró-reitor de Ensino de Graduação

Francisco Jander de Sousa Nogueira
Pró-reitor de Extensão e Cultura

Jefferson Soares de Oliveira
Pró-reitor de Pesquisa , Pós-Graduação e Inovação

Gilvana Pessoa de Oliveira
Pró-reitora de Assistência Estudantil

Francisco Antonio Machado Araujo
Chefe Editor da EDUFDPar

AGRADECIMENTOS À FAPEPI

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), expresso minha mais profunda gratidão pelo apoio institucional e pelo fomento de subsídios, fundamentais para a viabilização desta pesquisa e para o meu aperfeiçoamento no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UFDPar).

O investimento da FAPEPI na ciência piauiense permitiu que este estudo, intitulado "Educação financeira como estratégia de política pública: retrato sobre a vida financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica", fosse limitado com o rigor e a profundidade necessária para compreender as complexas dimensões da vida financeira de mulheres inscritas no CadÚnico nas cidades de Parnaíba e Luís Correia. Sem esse suporte, não seria possível mapear com precisão o impacto do endividamento e das experiências afetivas que atravessam a gestão do orçamento doméstico dessas mulheres.

Gratidão, de modo especial, ao incentivo essencial para a elaboração e estruturação do E-BOOK derivado do Produto Técnico-Tecnológico (PTT) FIO – Finanças, Inclusão e Organização. Este material, concebido como uma tecnologia social, foi estruturado para ser um instrumento prático de transformação, promovendo a cidadania financeira e a autonomia econômica feminina em territórios de alta vulnerabilidade.

O apoio desta Fundação não apenas possibilitou a produção de conhecimento científico, mas também garantiu que os resultados desta investigação retornariam à sociedade piauiense em formato de solução aplicada, capaz de fortalecer a rede de proteção social e o poder de agir de tantas mulheres chefes de família.

À FAPEPI, meu reconhecimento pelo compromisso com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do nosso Estado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
1.1 Problema de pesquisa *12*
1.2 Objetivo geral e objetivos específicos *13*
1.3 Justificativa *13*
REFERENCIAL TEÓRICO / NORMATIVO 15
2.1 Educação financeira, endividamento e vulnerabilidade social *15*
2.2 Políticas públicas, gênero e autonomia econômica *19*
2.3 Afetos, dívida e potência de agir *20*
2.4 Educação financeira como prática reflexiva e tecnologia social *22*
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 25
3.1 Tipo de pesquisa e abordagem *26*
3.2 Contexto, participantes e critérios de seleção *26*
3.3 Instrumentos de coleta de dados *27*
3.4 Procedimentos de análise quantitativa *28*
3.5 Procedimentos de análise qualitativa *29*
3.6 Aspectos éticos *30*
RESULTADOS E DISCUSSÃO 32
4.1 Análise descritiva *32*
4.2 Normalidade *35*
4.3 Correlação *36*
4.4 Mann-Whitney *37*
4.5 Kruskal-Wallis *38*
4.6 Análise qualitativa *44*
4.7 Nuvem de palavras *44*

4.8 Similitude.....45
4.9 Classificação Hierárquica Descendente 47
Descrição das classes: 48
Classe 1 – Controle de gastos, reserva financeira e acesso à educação financeira.....48
Classe 2 – Reserva de emergência, autonomia financeira e vulnerabilidade econômica 49
Classe 3 – Planejamento, organização do orçamento e superação de imprevistos 50
Classe 4 – Pagamento de contas, cuidado com filhos e demandas por suporte estrutural..... 51
*Classe 5 – Pandemia, privação e busca por emprego e autonomia*52
Classe 6 – Endividamento no cartão de crédito, desemprego e educação financeira..... 52
PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO (PTT).....54
5.1 Apresentação do PTT: FIO – Finanças, Inclusão e Organização.....54
5.2 Estrutura e módulos do FIO.....55
5.3 Metodologia de implementação do FIO..... 56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....57
REFERÊNCIAS..... 63
SOBRE A AUTORA..... 69

INTRODUÇÃO

O endividamento das famílias brasileiras tem assumido proporções estruturais nas últimas décadas, configurando-se como fenômeno que ultrapassa a esfera econômica e alcança dimensões sociais, políticas e subjetivas. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares indicam que 72,4% dos brasileiros vivem em famílias com dificuldades para pagar contas e compromissos financeiros (IBGE, 2018). Quando observado sob recorte de gênero, o cenário revela especificidades ainda mais marcantes: embora a participação feminina no mercado de trabalho esteja em ascensão, as mulheres ainda recebem, em média, 21,2% menos do que os homens (Brasil, 2025), acumulando responsabilidades produtivas e reprodutivas que impactam diretamente sua experiência financeira. A educação financeira em contexto de vulnerabilidade social e econômica pode ser uma grande estratégia de superação social, assim como de método para construção de políticas públicas (Nascimento *et al*., 2025).

Estudos recentes apontam que 93% das mulheres lideram ou participam ativamente da gestão das finanças familiares (Serasa, 2025), assumindo decisões relativas a consumo, crédito e pagamento de dívidas. Contudo, essa centralidade na gestão do orçamento doméstico não se traduz automaticamente em autonomia econômica. Ao contrário, pesquisas evidenciam que a alfabetização financeira feminina apresenta disparidades relevantes, especialmente entre mulheres de baixa renda (Becker *et al*., 2024; Bucher-Koenen *et al*., 2017).

No âmbito das políticas públicas, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) consolidou-se como infraestrutura fundamental para identificação e acompanhamento de famílias de baixa renda (Farias; Dias, 2018). Ele viabiliza o acesso a programas de transferência de renda, benefícios assistenciais

e, mais recentemente, iniciativas de inclusão produtiva e microcrédito, como o Programa Acredita (Brasil, 2024; Agência Governo, 2025). Em apenas quatro meses, o Acredita no Primeiro Passo ofertou R$ 620 milhões a empreendedores inscritos no CadÚnico (Agência Governo, 2025), ampliando a inserção dessa população no mercado financeiro.

A educação financeira, tal como definida por organismos internacionais e pelo Banco Central do Brasil, envolve o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para decisões financeiras informadas (OCDE, 2016; Banco Central do Brasil, 2021). A discussão torna-se ainda mais complexa quando incorporada a perspectiva de gênero. A autonomia econômica feminina é condição fundamental para a democracia substantiva e para a superação das desigualdades estruturais, uma vez que a subordinação das mulheres nos âmbitos privado e público impõe limites reais ao exercício da cidadania (Biroli, 2024). Políticas públicas voltadas às mulheres têm avançado e retrocedido ao longo do tempo (CNTE, 2025), mas ainda enfrentam o desafio de articular renda, formação e transformação cultural. A vulnerabilidade social feminina não se restringe à escassez material; envolve também processos identitários e simbólicos, nos quais a relação com o dinheiro, o crédito e a dívida se inscreve. Além disso, a dependência financeira pode configurar formas sutis de violência econômica (Mira, 2025).

Nesse contexto, o endividamento feminino é compreendido nesta dissertação também como experiência afetiva, marcada por medo, vergonha, culpa e esperança. Embora existam evidências de que cursos de educação financeira possam produzir impactos positivos entre mulheres de baixa renda (Greco, 2022), ainda são escassos estudos que analisem a relação entre educação financeira, grau de endividamento e afetos mobilizados em contextos de vulnerabilidade social articulados ao CadÚnico. A lacuna é particularmente relevante diante da expansão do crédito direcionado a esse público.

A educação financeira tem sido reconhecida internacionalmente como um dos instrumentos centrais para a promoção do bem-estar econômico ao longo do ciclo de vida, na medida em que amplia a capacidade de planejar, poupar, investir e proteger-se de riscos (Lusardi; Mitchell, 2014). No contexto brasileiro, esse debate se entrelaça a um quadro de desigualdades históricas de renda, gênero e território, em que famílias de baixa renda recorrem, de forma recorrente, ao crédito para garantir necessidades básicas, o que intensifica processos de endividamento e insegurança financeira.

Pesquisas nacionais apontam que parcela significativa da população enfrenta dificuldades para pagar contas em dia e convive com atrasos frequentes, ao mesmo tempo em que não realiza planejamento sistemático do orçamento (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018; Banco Central do Brasil, 2021). Esses dados evidenciam que, em contextos de vulnerabilidade, a gestão financeira cotidiana é marcada por escolhas trágicas entre itens essenciais, o que exige compreender o endividamento para além de uma suposta "falta de controle" individual.

Quando o recorte de gênero é considerado, a situação torna-se ainda mais complexa. Estudos evidenciam que as mulheres, especialmente aquelas com menor escolaridade e renda, apresentam níveis mais baixos de alfabetização financeira e estão mais expostas a produtos de crédito de alto custo, mesmo sendo as principais responsáveis pela administração do orçamento doméstico (Becker *et al*., 2024; Lusardi; Mitchell, 2014). Essa combinação entre responsabilidade elevada e baixa proteção estrutural aprofunda a vulnerabilidade econômica e limita a autonomia financeira.

À luz desse cenário, formula-se o problema de pesquisa que orienta esta dissertação.

1.1 Problema de pesquisa

A problemática que orienta esta dissertação pode ser formulada da seguinte maneira: de que modo a educação financeira, quando articulada a uma abordagem crítica e sensível às dimensões afetivas da dívida, influencia os sentidos atribuídos ao endividamento por mulheres inscritas no CadÚnico e contribui para a ressignificação de suas práticas financeiras?

Essa questão insere-se na tensão entre, de um lado, a expansão de programas de inclusão financeira e microcrédito voltados a públicos vulneráveis e, de outro, a persistência de elevados níveis de endividamento e fragilidade na gestão financeira cotidiana entre mulheres de baixa renda. Ao situar a educação financeira como política pública potencialmente transformadora, integrada à proteção social e às estratégias de equidade de gênero, este estudo pretende contribuir para o debate sobre cidadania financeira, inovação em políticas sociais e fortalecimento da autonomia feminina em contextos de vulnerabilidade.

Em síntese, o problema central que orienta esta dissertação pode ser descrito como a tensão entre, de um lado, a ampliação de políticas e programas de inclusão financeira, educação financeira e microcrédito dirigidos ao público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e, de outro, a persistência de altos níveis de endividamento e de fragilidade na gestão financeira entre mulheres de baixa renda. Trata-se de compreender de que modo essas políticas e ações formativas se articulam às experiências concretas de dívida, às práticas cotidianas de organização do dinheiro e às dimensões afetivas que atravessam a vida econômica dessas mulheres

1.2 Objetivo geral e objetivos específicos

Diante desse quadro, esta dissertação tem como objetivo geral compreender os afetos mobilizados pela educação financeira no contexto de mulheres inscritas no CadÚnico, considerando o grau de endividamento e suas implicações para a autonomia econômica e para a gestão da vida cotidiana. Parte-se do entendimento de que o endividamento feminino, especialmente em territórios vulneráveis, constitui fenômeno simultaneamente econômico, político e afetivo.

Como desdobramentos, os objetivos específicos incluem:

a. caracterizar o perfil sociodemográfico e financeiro das participantes;

b. descrever o padrão de endividamento e uso de crédito;

c. investigar os afetos associados à dívida e à gestão do dinheiro;

d. analisar diferenças em indicadores de comportamento financeiro segundo o recebimento de benefícios sociais e a principal fonte de renda; e

e. propor e discutir um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) orientado à promoção da cidadania financeira e da autonomia econômica.

1.3 Justificativa

Nesse contexto, a justificativa desta pesquisa apoia-se na constatação de que, para além da ampliação do acesso a serviços financeiros, é necessário compreender em profundidade como mulheres em situação de vulnerabilidade negociam dívidas, elaboram afetos relacionados ao dinheiro e constroem estratégias de organização financeira em contextos de escassez. Essa compreensão subsidia o desenho de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades de gênero e às especificidades dos territórios, evitando abordagens normativas que

responsabilizam individualmente as mulheres pela pobreza e pelo endividamento (Lusardi; Mitchell, 2014; Nascimento, 2021).

Do ponto de vista da gestão pública e da vocação de um mestrado profissional, a pesquisa se justifica por articular produção de conhecimento científico e elaboração de um PTT que possa ser incorporado a práticas de equipamentos da rede socioassistencial, programas de transferência de renda e iniciativas de microcrédito produtivo. Dessa forma, busca-se potencializar os efeitos das políticas ao combinar proteção social, formação crítica e inclusão financeira, contribuindo para a promoção da autonomia econômica de mulheres em contextos de vulnerabilidade (Banco Central do Brasil, 2021).

REFERENCIAL TEÓRICO / NORMATIVO

2.1 Educação financeira, endividamento e vulnerabilidade social

A educação financeira é reconhecida internacionalmente como instrumento estratégico para a promoção do bem-estar econômico e o fortalecimento da cidadania. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016) define educação financeira como o processo pelo qual indivíduos desenvolvem conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis. No Brasil, o Banco Central do Brasil (2021) reforça que a educação financeira visa capacitar indivíduos para escolhas conscientes, contribuindo para a sustentabilidade financeira e a estabilidade do sistema econômico. Como já discutido na introdução, essa temática adquire centralidade em contextos marcados por desigualdades e expansão do acesso ao crédito.

Em nível internacional, a educação financeira tem sido também conceituada como um processo contínuo pelo qual indivíduos desenvolvem competências para lidar com o dinheiro ao longo do ciclo de vida, incluindo planejamento, poupança, investimento, proteção contra riscos e preparação para a aposentadoria (Lusardi; Mitchell, 2014). Esses conhecimentos não se restringem a cálculos matemáticos, mas envolvem a capacidade de compreender riscos, comparar alternativas e avaliar as implicações de diferentes decisões financeiras no tempo, em interação com o contexto institucional e com políticas públicas.

Sob essa perspectiva, a educação financeira é analisada como uma prática social e estética, na qual os sentidos sobre o dinheiro e o consumo são negociados, experienciados e ressignificados nas interações do cotidiano. A aprendizagem financeira, portanto, não se limita à mera transmissão de conteúdos técnicos, mas ocorre pela circulação e transformação de saberes situados nas práticas sociais dos sujeitos (Bastos, 2025). A literatura mostra, de forma consistente, que baixos níveis de alfabetização financeira associam-se a menor capacidade de poupança, maior probabilidade de endividamento de alto custo e menor preparação para a velhice (Lusardi; Mitchell, 2014; Martins dos Santos *et al*., 2020). No caso brasileiro, os indicadores nacionais revelam um cenário preocupante. Como já apresentado na introdução, a Pesquisa de Orçamentos Familiares indica que 72,4% dos brasileiros vivem em famílias com dificuldades para pagar contas e compromissos financeiros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018), e 46,2% já atrasaram pagamentos por dificuldades financeiras, o que denota fragilidade na gestão do orçamento corrente.

Além disso, embora parcela significativa da população declare conseguir pagar contas em dia, mais da metade não realiza planejamento orçamentário sistemático (Banco Central do Brasil, 2025). O Índice de Saúde Financeira do Brasileiro evidencia a persistência de vulnerabilidade na gestão financeira, especialmente entre populações de baixa renda, combinando alta inadimplência, ausência de reservas e uso recorrente de crédito de curto prazo (FEBRABAN, 2025). Nesse cenário, torna-se importante o conceito de saúde financeira, entendido como a capacidade de honrar compromissos, lidar com gastos imprevistos, perseguir objetivos financeiros e sentir-se no controle das próprias finanças (Banco Central do Brasil, 2021; Serasa Experian, 2025).

Em contextos de vulnerabilidade social, contudo, o endividamento não pode ser reduzido à falta de conhecimento técnico. Ele se inscreve na lógica da escassez estrutural, da renda

instável e da financeirização da sobrevivência cotidiana. Famílias de baixa renda recorrem de forma recorrente ao crédito para garantir bens e serviços essenciais, como alimentação, transporte e moradia, o que desloca para o mercado financeiro parte da provisão de recursos que, idealmente, deveria ser assegurada por políticas públicas de proteção social (Martins dos Santos *et al*., 2020). O endividamento passa, assim, a cumprir função de "amortecedor" frente à insuficiência de renda, produzindo ciclos crônicos de dívida e renegociação.

Mulheres de baixa renda enfrentam desafios adicionais nesse cenário. Estudos demonstram que existem desigualdades relevantes na alfabetização financeira feminina, sobretudo entre mulheres com menor escolaridade e renda (Becker *et al*., 2024; Pesonen; Kutanen, 2021). Paradoxalmente, são elas que majoritariamente lideram a gestão das finanças familiares: levantamento recente indica que 93% das mulheres participam ativamente ou assumem a liderança na administração do orçamento doméstico (Serasa Experian, 2025). Essa combinação entre responsabilidade elevada e baixa proteção estrutural amplia a exposição ao risco financeiro e tensiona a autonomia econômica feminina.

Embora cursos de educação financeira possam produzir impactos positivos entre mulheres de baixa renda, contribuindo para maior organização do orçamento, redução de inadimplência e melhor uso do crédito (Greco, 2022), a literatura ainda é incipiente quanto à análise da dimensão afetiva associada ao endividamento e à aprendizagem financeira. Persistem lacunas importantes sobre como medo, vergonha, culpa, esperança e outras emoções se articulam às práticas de gestão do dinheiro em contextos de vulnerabilidade social, especialmente quando o crédito é acionado para garantir necessidades básicas.

Diante disso, essa lacuna torna-se particularmente relevante diante da expansão recente de programas de microcrédito direcionados ao público do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Programas como o Acredita no

Primeiro Passo ampliam a inserção financeira de mulheres inscritas no CadÚnico, oferecendo crédito produtivo e linhas especiais para pequenos empreendimentos (Brasil, 2024; Agência Governo, 2025). Em apenas quatro meses, o Acredita no Primeiro Passo ofertou 620 milhões de reais em microcrédito a empreendedores inscritos no CadÚnico, indicando forte ampliação do acesso ao sistema financeiro formal por esse segmento (Agência Governo, 2025).

Entretanto, a expansão do crédito em contextos de vulnerabilidade suscita um paradoxo: ao mesmo tempo em que pode representar oportunidade de inclusão econômica, também pode intensificar processos de endividamento quando não acompanhada de formação financeira adequada e de mecanismos de proteção ao consumidor. Autores apontam que o acesso a produtos financeiros sem preparo crítico tende a aprofundar ciclos de dívida e insegurança, especialmente entre grupos com menor escolaridade e renda (Bucher-Koenen *et al*., 2017; Lusardi; Mitchell, 2014). Nesse sentido, a educação financeira assume papel central, devendo ser concebida não apenas como transmissão de conteúdos técnicos, mas como prática social situada, articulada à proteção social e às relações de gênero.

Nesse quadro, a educação financeira, em vez de ser entendida como solução individualizante para problemas estruturais, precisa ser compreendida como componente de estratégias mais amplas de cidadania financeira, que integrem inclusão financeira, proteção do consumidor, regulação do crédito e políticas sociais, com atenção específica às desigualdades que atravessam mulheres em condição de pobreza e extrema pobreza. É nessa perspectiva que este estudo articula educação financeira, endividamento e vulnerabilidade social, tomando as mulheres inscritas no CadÚnico como sujeitos centrais da análise.

2.2 Políticas públicas, gênero e autonomia econômica

A discussão sobre autonomia econômica feminina está diretamente relacionada à consolidação democrática. Para Biroli (2024), a autonomia não se restringe à posse de renda, mas constitui a capacidade de agência e o controle efetivo sobre os recursos necessários para redefinir trajetórias de vida, sendo um pilar central para superar a crise da democracia brasileira. Em contextos de desigualdade estrutural, a dependência financeira atua como uma barreira que limita a participação social e política das mulheres, comprometendo a justiça paritária.

As políticas públicas brasileiras voltadas às mulheres passaram por avanços e retrocessos significativos, mas vivem um período de resgate institucional com a integração da pauta de gênero em 45 programas do Plano Plurianual 2024-2027 (ONU Mulheres, 2025). No campo da proteção social, o Cadastro Único consolidou-se como a principal infraestrutura estratégica de dados para a focalização de políticas transversais (MDS, 2024), viabilizando não apenas transferências de renda, mas o acesso articulado a capacitações, crédito produtivo e ao novo Plano Nacional de Cuidados.

Programas recentes, como o Acredita no Primeiro Passo, ampliam a inserção financeira de mulheres inscritas no CadÚnico por meio do microcrédito (Brasil, 2024; Agência Governo, 2025). Contudo, a expansão do crédito sem fortalecimento concomitante da educação financeira pode intensificar vulnerabilidades.

Nascimento (2021) ressalta que mulheres em situação de vulnerabilidade vivenciam múltiplas camadas de exclusão econômica, simbólica e identitária. A ausência de autonomia financeira pode configurar inclusive formas de violência econômica (Mira, 2025). Nesse sentido, políticas públicas que integrem proteção social, formação crítica e inclusão financeira são estratégicas para romper ciclos de pobreza e dependência.

A educação financeira, quando articulada às políticas públicas de gênero, pode operar como instrumento de cidadania financeira, ampliando a capacidade de negociação, planejamento e autonomia decisória. A autonomia econômica das mulheres é compreendida nesta dissertação como a capacidade de gerar renda própria, acessar e controlar recursos, participar de decisões que afetam a própria vida e negociar relações de poder no âmbito doméstico e público (Kabeer, 1999; Biroli, 2024). Trata-se, portanto, de uma dimensão indissociável do empoderamento, que envolve expansão de capacidades para fazer escolhas significativas e transformá-las em resultados no cotidiano.

Autoras feministas têm problematizado a apropriação do discurso do empoderamento por agendas neoliberais que responsabilizam as mulheres pela superação da pobreza, sem enfrentar as estruturas de desigualdade de gênero, raça e classe (Fraser, 2013; Biroli, 2024). Nesse contexto, políticas como programas de transferência de renda, microcrédito e apoio ao empreendedorismo feminino devem ser analisadas criticamente, considerando não apenas seus potenciais ganhos, mas também riscos de sobrecarga, endividamento e reforço de padrões de responsabilização individual.

2.3 Afetos, dívida e potência de agir

Para compreender o endividamento feminino em contextos de vulnerabilidade, é necessário incorporar a dimensão afetiva da vida econômica. Inspirado em Spinoza (2016), o conceito de afeto refere-se às variações na potência de agir dos sujeitos, isto é, àquilo que aumenta ou diminui sua capacidade de ação.

A dívida mobiliza afetos como medo, culpa, vergonha e ansiedade, que podem reduzir a potência de decisão e limitar estratégias de planejamento, uma vez que o endividamento é experienciado como uma marca de dívida subjetiva e

falha individual (Oliveira, 2024). Estudos organizacionais e educacionais recentes reconhecem que o conhecimento não é puramente técnico, mas produzido nas práticas e atravessado por paixões, emoções e experiências sensíveis (Bastos, 2025). Nesse sentido, a aprendizagem financeira deixa de ser vista como um processo apenas cognitivo para ser compreendida em sua dimensão estética e experiencial, onde a inteligência emocional atua como fator estratégico para a ressignificação das práticas cotidianas (Lima, 2026).

Ao considerar a educação financeira como prática social situada, é possível compreendê-la como processo de transformação de sentidos e não apenas de aquisição de técnicas. Gherardi e Nicolini (2000) argumentam que transferir conhecimento implica transformá-lo nas práticas cotidianas. Assim, a aprendizagem financeira entre mulheres do CadÚnico não se limita a internalizar conceitos de orçamento, mas envolve ressignificar experiências de dívida, consumo e crédito.

A incorporação da categoria afetos permite analisar como processos formativos podem ampliar a potência de agir substituindo afetos paralisantes por afetos de esperança, controle e possibilidade de futuro. Nesse contexto, o endividamento não pode ser compreendido exclusivamente como desequilíbrio orçamentário. Ele constitui experiência afetiva. A dívida mobiliza medo de negativação, vergonha social, culpa por não prover adequadamente a família e ansiedade permanente frente à instabilidade da renda. A dimensão afetiva da vida organizacional e econômica tem sido amplamente discutida nos estudos organizacionais contemporâneos, que reconhecem o papel dos afetos na produção do conhecimento e na constituição das práticas sociais (Gherardi *et al*., 2007; Gherardi; Strati, 2014). Inspirada em Spinoza (2016), a categoria afetos permite compreender como emoções não são apenas estados subjetivos, mas forças que ampliam ou reduzem a potência de agir dos sujeitos.

A incorporação da dimensão afetiva à análise da vida econômica permite compreender que a dívida não é apenas um dado objetivo, mas também uma experiência subjetiva que mobiliza sentimentos como medo, vergonha, culpa, ansiedade, esperança e orgulho. Esses afetos podem tanto reduzir a potência de agir — quando produzem paralisia, ocultamento do problema ou isolamento — quanto alimentar movimentos de reorganização, busca de informação e renegociação com credores (Nascimento, 2021).

Em contextos de vulnerabilidade, o medo da exposição pública da dívida e da humilhação em interações com credores pode limitar a busca por ajuda e informação, enquanto a esperança de "limpar o nome" e "começar de novo" sustenta estratégias de negociação e planejamento mesmo em condições adversas. Assim, a educação financeira voltada a esses grupos precisa dialogar com essas tramas afetivas, evitando abordagens moralizantes que reforcem vergonha e culpa.

2.4 Educação financeira como prática reflexiva e tecnologia social

A educação financeira voltada a mulheres em situação de vulnerabilidade exige uma abordagem metodológica reflexiva, que vá além da instrução técnica e promova o desenvolvimento de capacidades críticas a partir da realidade vivida (Silva, 2026). A formação nesse contexto pressupõe que o aprendizado ocorra na intersecção entre a experiência cotidiana e a reflexão sobre a prática, permitindo que as participantes se tornem agentes de sua própria transformação socioeconômica (Junqueira, 2025).

Essa perspectiva metodológica é indissociável de metodologias participativas, como a pesquisa-ação, que se consolida como ferramenta estratégica para aprofundar o diagnóstico situacional e fortalecer a autonomia feminina por meio do diálogo e da construção coletiva de saberes (Constante, 2025). Moura e Bispo (2019) defendem que a pesquisa-ação,

ao articular produção de conhecimento e intervenção social, permite compreender o fazer social enquanto prática situada. Essa abordagem é especialmente pertinente quando se busca desenvolver tecnologias sociais replicáveis.

A noção de prática como espaço de aprendizagem também encontra respaldo nos estudos organizacionais (Gherardi; Strati, 2014). Assim, o desenvolvimento de um Produto Técnico Tecnológico (PTT) em educação financeira pode ser compreendido como construção de tecnologia social territorializada.

Nesse ponto, dialoga-se com experiências de desenvolvimento territorial que articulam cultura, economia e inovação social, como evidenciado por Olivindo (2021) ao analisar práticas produtivas no Delta do Parnaíba. Embora em campo distinto, o princípio de valorização dos saberes locais e da construção coletiva de soluções é convergente.

Além disso, a perspectiva estratégica contribui para estruturar intervenções sustentáveis. Thompson e Strickland (2003) destacam que planejamento estratégico envolve diagnóstico, formulação, implementação e avaliação lógica que pode ser adaptada à gestão estratégica familiar e à construção de programas formativos.

Assim, a educação financeira, quando compreendida como prática social crítica, territorialmente situada e metodologicamente estruturada, ultrapassa a dimensão instrumental do controle orçamentário e se consolida como estratégia de política pública orientada à transformação social. Nessa perspectiva, articula proteção social, formação crítica e fortalecimento da autonomia feminina, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

No Brasil, o conceito de cidadania financeira vem sendo utilizado para articular quatro eixos principais: inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor e participação (Banco Central do Brasil, 2021). A ideia central é

que indivíduos tenham acesso a serviços financeiros adequados, compreendam seus direitos e deveres, saibam avaliar riscos e possam participar de processos de regulação e controle social.

Em uma perspectiva crítica, a cidadania financeira precisa ser pensada em estreita relação com a proteção social, sob pena de reduzir-se à simples inserção de populações vulneráveis em mercados de crédito. Isso implica articular políticas de transferência de renda, microcrédito, assistência social e educação financeira de forma a fortalecer a autonomia das mulheres e não apenas sua responsabilização pela gestão da escassez (Dock, 2023; Digio, 2025). Nesse sentido, o CadÚnico constitui infraestrutura estratégica para articular ações de proteção social e cidadania financeira, sobretudo quando as mulheres figuram como titulares dos benefícios.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação adota uma abordagem de métodos mistos (mixed methods), fundamentada em desenho concomitante que articula análises quantitativas e qualitativas para proporcionar compreensão holística e aprofundada do fenômeno estudado (Creswell; Plano Clark, 2015). Caracteriza-se como pesquisa de natureza aplicada, de cunho exploratório-descritivo, delineando as características da amostra e estabelecendo relações entre variáveis contextuais e comportamentais (Vergara, 2016), com estratégia de estudo de caso focada em mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

A coleta de dados foi realizada de forma híbrida, combinando a aplicação de questionários on-line e procedimentos in loco. A amostra foi constituída por 135 mulheres inscritas no Cadastro Único residentes nos municípios de Parnaíba (PI) e Luís Correia (PI). A participação ocorreu de forma voluntária mediante convite realizado com apoio da rede socioassistencial local. Foram considerados critérios de inclusão a condição de mulher maior de 18 anos e cadastrada no CadÚnico. Os dados foram coletados por meio de formulário eletrônico, sendo excluídos questionários incompletos. Embora a aplicação online tenha ampliado o alcance da pesquisa e reduzido custos operacionais, reconhece-se que esse formato pode ter restringido a participação de mulheres com menor acesso à internet ou com limitações de letramento digital, configurando uma limitação metodológica do estudo.

Os dados foram analisados quantitativamente com o auxílio do software Jamovi e qualitativamente por meio do IRaMuTeQ. As análises estatísticas descritivas e inferenciais foram complementadas por procedimentos de análise lexical,

o que permitiu integrar resultados numéricos e as narrativas das participantes, proporcionando uma compreensão profunda e multidimensional do fenômeno investigado.

3.1 Tipo de pesquisa e abordagem

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, orientada à produção de conhecimento voltado à solução de problemas concretos da gestão pública e à elaboração de um Produto Técnico Tecnológico (PTT) em educação financeira. Quanto aos objetivos, insere-se nas modalidades descritiva e exploratória, uma vez que busca descrever padrões de comportamento financeiro e explorar relações entre endividamento, afetos e autonomia econômica em contexto de vulnerabilidade.

Adota-se abordagem de métodos mistos, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos de coleta e análise de dados, de modo a possibilitar tanto a caracterização estatística dos padrões de endividamento e comportamento financeiro quanto a compreensão aprofundada dos sentidos atribuídos pelas participantes às suas experiências. O desenho é concomitante, com coleta e análise integradas das duas dimensões, permitindo que os achados quantitativos sejam aprofundados e contextualizados pelas narrativas textuais (Creswell; Plano Clark, 2015).

3.2 Contexto, participantes e critérios de seleção

A investigação foi conduzida em território de alta vulnerabilidade socioeconômica, tendo como foco mulheres inscritas no CadÚnico. A amostra final foi composta por 135 participantes, selecionadas por conveniência, que atendiam aos seguintes critérios: ser mulher maior de 18 anos, estar inscrita no CadÚnico, residir no território definido, região das cidades litorâneas do norte do Piauí, Parnaíba/ Luís Correia, além de participar da gestão das finanças domésticas.

A idade média das participantes foi de 43,19 anos (desvio padrão de 14,39), com mediana de 42 anos e intervalo interquartil entre 31,50 e 56, configurando amostra predominantemente adulta, com amplitude etária expressiva. O número de pessoas no domicílio apresentou média de 4,13 (desvio padrão de 1,67), mediana de 4 pessoas e intervalo interquartil de 3 a 5, sugerindo composição familiar de porte médio.

De maneira geral, a amostra é composta por mulheres cuja principal fonte de renda está associada a benefícios sociais e atividades informais ou autônomas, com baixa presença de trabalho formal e forte participação em programas de proteção social. A maioria declara assumir, de forma integral ou compartilhada, a responsabilidade pela gestão do orçamento doméstico.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados consistiu em questionário on-line desenvolvido na plataforma Google Forms, estruturado em formato próximo a entrevistas semiestruturadas autoaplicadas. A opção pelo formato digital buscou garantir alcance e praticidade, mantendo equilíbrio entre direcionamento temático e abertura à narrativa das participantes (Gil, 2019).

O questionário foi organizado em blocos que contemplaram:

a. características sociodemográficas;
b. situação de trabalho e renda;
c. acesso e uso de serviços financeiros;
d. padrão de endividamento e tipos de dívidas;
e. práticas de organização do dinheiro;
f. sentimentos e percepções em relação ao dinheiro e às dívidas;
g. percepção de acesso a educação financeira e apoio público.

Além das questões fechadas, foram incluídas questões abertas que convidaram as participantes a narrar experiências com dívidas, estratégias de organização financeira, trajetórias de autonomia econômica e expectativas quanto ao futuro. Esses eixos dialogam diretamente com o referencial teórico sobre educação financeira, vulnerabilidade social, gênero e afetos, permitindo integrar dimensões objetivas e subjetivas do fenômeno estudado.

Figura 1- visita em campo para diagnostico da melhor ferramenta de coleta



fonte: dados da pesquisa

3.4 Procedimentos de análise quantitativa

A análise dos dados quantitativos foi conduzida com o auxílio do software Jamovi, versão 2.6 (*The Jamovi Project*, 2025). A etapa inicial compreendeu estatísticas descritivas, com cálculo de frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas e, para variáveis numéricas, média, desvio padrão, mediana, valores mínimo e máximo, bem como quartis, de modo a descrever a distribuição das variáveis e identificar eventuais assimetrias.

A normalidade das distribuições foi avaliada por meio do teste de Shapiro Wilk, orientando a escolha entre testes paramétricos e não paramétricos. Para avaliar a relação entre variáveis numéricas, foi utilizada a correlação de Spearman, com

interpretação da magnitude do coeficiente segundo critérios de Cohen (1988), que considera correlações pequenas a partir de 0,10, médias a partir de 0,30 e grandes a partir de 0,50.

Para comparação de variáveis contínuas entre dois grupos independentes, empregou se o teste t de Student quando o pressuposto de normalidade foi atendido, adotando o d de Cohen como medida de tamanho de efeito, interpretado como pequeno (0,20), médio (0,50) e grande (0,80 ou mais) (Cohen, 1988). Nos casos em que a normalidade não foi verificada, utilizou se o teste de Mann Whitney, com *rank biserial correlation* como medida de tamanho de efeito (Cureton, 1956; Vargha; Delaney, 2000).

Para comparações entre três ou mais grupos independentes, aplicou se Análise de Variância de um fator (ANOVA) quando a normalidade foi satisfeita, com eta quadrado (η^2) como estimativa de tamanho de efeito. Quando a normalidade não foi satisfeita, utilizou se o teste de Kruskal Wallis, seguido de comparações múltiplas pelo método Dwass Steel Critchlow Fligner, com ε^2 como medida de tamanho de efeito. Os resultados das análises quantitativas são apresentados nas Tabelas 1 a 5 e interpretados em diálogo com o referencial teórico do estudo.

3.5 Procedimentos de análise qualitativa

Para a análise qualitativa do material textual proveniente das questões abertas, foi utilizado o software Interface de *R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ), amplamente empregado em pesquisas que utilizam análise lexical (Camargo; Justo, 2013).

Inicialmente, foram realizadas análises lexicográficas básicas, gerando estatísticas sobre o corpus, tais como número de segmentos de texto, ocorrências, formas e hapax. Em seguida, foi construída uma nuvem de palavras, destacando

graficamente os termos de maior frequência, e conduzida análise de similitude, destinada a identificar coocorrências lexicais e conexões entre os vocábulos mais recorrentes.

Por fim, realizou se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), procedimento voltado ao agrupamento dos segmentos textuais em classes lexicalmente homogêneas, o que favoreceu a identificação de campos semânticos e padrões discursivos recorrentes no material analisado.

Os resultados da análise lexical foram interpretados à luz do referencial teórico sobre vulnerabilidade, gênero, afetos e cidadania financeira, permitindo aprofundar a compreensão dos achados quantitativos. Essa integração metodológica fundamentou, ainda, a elaboração do Produto Técnico Tecnológico (PTT) apresentado nos capítulos subsequentes.

3.6 Aspectos éticos

A pesquisa observou integralmente as normas éticas vigentes para estudos com seres humanos no Brasil, em especial as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), por meio da Plataforma Brasil, recebendo parecer consubstanciado favorável sob o CAAE nº e Parecer nº .

Somente após a aprovação ética foi iniciada a coleta de dados junto às participantes. Todas as mulheres elegíveis foram convidadas a participar de forma voluntária, após esclarecimento sobre os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e benefícios da pesquisa, bem como sobre a garantia de sigilo e confidencialidade das informações.

O consentimento livre e esclarecido foi obtido de duas formas: no caso das respostas on-line, por meio de aceite eletrônico em campo específico do questionário; nas aplicações presenciais, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, ficando uma com

a participante e outra com a pesquisadora responsável. Em ambos os formatos, foi assegurado o direito de recusa ou desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para as participantes.

Os dados coletados foram tratados de forma agregada, sem identificação nominal das participantes, e armazenados em base digital protegida por senha, acessível apenas à pesquisadora responsável e à orientadora. Todas as etapas da pesquisa buscaram respeitar a dignidade, a autonomia e a vulnerabilidade das participantes, em consonância com as diretrizes do Sistema CEP/Conep.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise descritiva

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas contínuas da amostra (N = 135). A idade dos participantes variou com média de 43,19 anos (DP = 14,39), mediana de 42,00 anos e distribuição interquartil entre 31,50 e 56,00 anos, indicando amostra predominantemente adulta com amplitude etária expressiva. O número de pessoas no domicílio apresentou média de 4,13 (DP = 1,67), com mediana de 4,00 pessoas e intervalo interquartil de 3,00 a 5,00, sugerindo composição familiar de porte médio com baixa variabilidade central.

Tabela 1- Caracterização sociodemográfica da amostra: variáveis contínuas (N = 135)

Variável	n	Média	DP	Mediana	Q1	Q3
Idade (anos)	135	43,19	14,39	42,00	31,50	56,00
Número de pessoas no domicílio	135	4,13	1,67	4,00	3,00	5,00

Nota. DP = desvio padrão; Q1 = primeiro quartil; Q3 = terceiro quartil. A distribuição da idade e do número de pessoas no domicílio foi avaliada por meio de medidas de tendência central e dispersão. A mediana e os quartis são reportados para complementar a média, dada a possibilidade de assimetria distribucional.

A Tabela 2 descreve a situação de renda e o acesso a benefícios sociais dos participantes. Quanto à principal fonte de renda, a categoria mais frequente foi benefícios sociais (n = 55; 40,74%), seguida de trabalho informal ou autônomo (n = 36; 26,67%) e aposentadoria (n = 14; 10,37%); as demais categorias (sem renda, estágio/estudante, trabalho formal e dependente de familiar) foram residuais, somadas respondendo por 22,23%

da amostra. Em relação ao recebimento de benefícios sociais, a maioria dos participantes declarou receber algum benefício (n = 88; 65,19%), enquanto 34,07% (n = 46) não eram beneficiários.

Tabela 2 - Distribuição da principal fonte de renda e acesso a benefícios sociais (N = 135)

Variável / Categoria	n	%
Principal fonte de renda	—	—
Benefícios sociais	55	40,74%
Trabalho informal/Autônomo	36	26,67%
Aposentadoria	14	10,37%
Sem renda	9	6,67%
Estágio/Estudante	8	5,93%
Trabalho formal	7	5,19%
Dependente de familiar	6	4,44%
Recebe benefício social?	—	—
Sim	88	65,19%
Não	46	34,07%
Não informado	1	0,74%

Nota. Os valores percentuais referem-se à proporção sobre o total da amostra (N = 135). A variável 'Principal fonte de renda' é de resposta única; os percentuais somam 100%. A categoria 'Não informado' em 'Recebe benefício social?' corresponde a um único caso (n = 1, 0,74%).

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos programas sociais governamentais recebidos e a responsabilidade pelo orçamento doméstico. O Bolsa Família foi o benefício mais prevalente (n = 57; 42,22%), seguido pela ausência de qualquer benefício (n = 44; 32,59%) e pelo BPC/LOAS (n = 17; 12,59%); aposentadoria e outros benefícios corresponderam, respectivamente, a 6,67% e 5,93% da amostra. No que diz respeito à gestão financeira doméstica, 52,59% dos participantes (n = 71) declararam-se os

principais responsáveis pelo dinheiro da casa, 28,89% (n = 39) relataram dividir essa responsabilidade com outra pessoa e 18,52% (n = 25) indicaram não ser os responsáveis.

Tabela 3 - Programas sociais governamentais recebidos e responsabilidade pelo orçamento doméstico (N = 135)

Variável / Categoria	n	%
Benefícios/programas sociais recebidos	—	—
Bolsa Família	57	42,22%
Não recebe	44	32,59%
BPC/LOAS	17	12,59%
Aposentadoria	9	6,67%
Outro benefício	8	5,93%
Responsabilidade pelo orçamento doméstico	—	—
Sim (principal responsável)	71	52,59%
Divide com outra pessoa	39	28,89%
Não	25	18,52%

Nota. Os percentuais referem-se à proporção sobre o total da amostra (N = 135). A variável 'Benefícios/programas sociais recebidos' é de resposta única; os valores somam 100%. BPC/LOAS = Benefício de Prestação Continuada / Lei Orgânica da Assistência Social.

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas das quatro dimensões avaliadas pela escala de comportamento e educação financeira (N = 135). A dimensão Sentimentos em Relação ao Dinheiro obteve o maior escore médio (M = 3,34; DP = 0,91; Mediana = 3,60), seguida por Experiência com Dívidas (M = 3,24; DP = 0,75; Mediana = 3,40) e Práticas de Organização do Dinheiro (M = 3,22; DP = 0,73; Mediana = 3,20). A dimensão Educação Financeira e Apoio Público apresentou o menor escore médio do conjunto (M = 2,47; DP = 0,69; Mediana = 2,40), com intervalo interquartil entre 2,00 e 2,80, sugerindo percepção consistentemente mais baixa de acesso a suporte e informação financeira entre os participantes.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas das dimensões de comportamento e educação financeira (N = 135)

Variável	n	Média	DP	Mediana	Q1	Q3
Práticas de Organização do Dinheiro	135	3,22	0,73	3,20	2,60	3,80
Experiência com Dívidas	135	3,24	0,75	3,40	2,80	3,80
Sentimentos em Relação ao Dinheiro	135	3,34	0,91	3,60	2,80	4,00
Educação Financeira e Apoio Público	135	2,47	0,69	2,40	2,00	2,80

Nota. DP = desvio padrão; Q1 = primeiro quartil; Q3 = terceiro quartil. As dimensões foram mensuradas por escala tipo Likert; maiores escores indicam maior concordância com os itens de cada dimensão. A mediana e os quartis são reportados para descrever a distribuição, complementando as médias.

4.2 Normalidade

Os resultados do teste de Shapiro-Wilk indicaram violação do pressuposto de normalidade em todas as variáveis numéricas analisadas ($p < 0,05$), conforme apresentado na Tabela 5. Diante disso, foram adotados testes não paramétricos para todas as comparações subsequentes.

Tabela 5 - Resultados do teste de Shapiro-Wilk para as variáveis numéricas.

Variável	N	W	p
Idade	135	0,95	< 0,001
Número de pessoas na casa	135	0,93	< 0,001
Práticas de Organização do Dinheiro	135	0,97	0,002
Experiência com Dívidas	135	0,96	< 0,001
Sentimentos em Relação ao Dinheiro	135	0,95	< 0,001
Educação Financeira e Apoio Público	135	0,93	< 0,001

Nota. W = estatística do teste de Shapiro-Wilk. Valores de $p < 0,05$ indicam rejeição da hipótese de normalidade.

4.3 Correlação

A Tabela 6 apresenta os coeficientes de correlação de Spearman entre as variáveis do estudo. Verificou-se associação positiva e de pequena magnitude entre Número de pessoas na casa e Idade. Práticas de Organização do Dinheiro correlacionou-se negativamente com Idade e Número de pessoas na casa, ambas de pequena magnitude, assim como com Experiência com Dívidas e Sentimentos em Relação ao Dinheiro, de magnitude moderada e grande, respectivamente, e positivamente com Educação Financeira e Apoio Público, de pequena magnitude. Sentimentos em Relação ao Dinheiro correlacionou-se positivamente com Idade e Número de pessoas na casa, enquanto Educação Financeira e Apoio Público apresentou correlação negativa com Número de pessoas na casa, todas de pequena magnitude. Experiência com Dívidas correlacionou-se positiva e fortemente com Sentimentos em Relação ao Dinheiro e negativamente com Educação Financeira e Apoio Público, de grande magnitude. Sentimentos em Relação ao Dinheiro apresentou correlação negativa e moderada com Educação Financeira e Apoio Público. Não foram estatisticamente significativas as correlações de Idade com Experiência com Dívidas e Educação Financeira e Apoio Público, nem de Número de pessoas na casa com Experiência com Dívidas.

Tabela 6 - Matriz de correlação de Spearman entre as variáveis do estudo.

	1	2	3	4	5	6
1. Idade	—					
2. Número de pessoas na casa	0,30***	—				
3. Práticas de Organização do Dinheiro	-0,25**	-0,25**	—			
4. Experiência com Dívidas	0,17	0,14	-0,41***	—		
5. Sentimentos em Relação ao Dinheiro	0,18*	0,25**	-0,50***	0,64***	—	
6. Educação Financeira e Apoio Público	-0,14	-0,26**	0,30***	-0,52***	-0,38***	—

Nota. 1 = Idade; 2 = Número de pessoas na casa; 3 = Práticas de Organização do Dinheiro; 4 = Experiência com Dívidas; 5 = Sentimentos em Relação ao Dinheiro; 6 = Educação Financeira e Apoio Público. Valores correspondem ao coeficiente de correlação de *Spearman* (ρ). Magnitude interpretada segundo Cohen (1988): pequena (0,10–0,29), média (0,30–0,49) e grande (≥ 0,50). * p < 0,050. ** p < 0,010. *** p < 0,001.

4.4 Mann-Whitney

A Tabela 7 apresenta os resultados do teste de Mann-Whitney para a comparação das variáveis financeiras entre participantes que recebem e que não recebem benefício social. Foram observadas diferenças estatisticamente significativas em todas as variáveis avaliadas. Participantes que não recebem benefício social apresentaram escores mais elevados em Práticas de Organização do Dinheiro e Educação Financeira e Apoio Público, com tamanhos de efeito grande e pequeno, respectivamente. Em sentido oposto, participantes que recebem benefício social apresentaram escores mais elevados em Experiência com Dívidas e Sentimentos em Relação ao Dinheiro, ambos com tamanho de efeito grande.

Tabela 7 - Comparação das variáveis financeiras segundo o recebimento de benefício social: Teste de Mann-Whitney.

Variável dependente	Grupo	N	M	DP	Md	Q1	Q3	U	p	r
Práticas de Organização do Dinheiro	Não	46	3,75	0,70	3,80	3,40	4,20	753	<0,001	-0,63
	Sim	88	2,93	0,58	2,90	2,55	3,20			
Experiência com Dívidas	Não	46	2,70	0,77	2,60	2,40	3,15	779	<0,001	0,62
	Sim	88	3,52	0,57	3,60	3,20	4,00			
Sentimentos em Relação ao Dinheiro	Não	46	2,55	0,93	2,60	1,80	3,15	548	<0,001	0,73
	Sim	88	3,76	0,56	3,80	3,40	4,20			
Educação Financeira e Apoio Público	Não	46	2,71	0,80	2,60	2,20	3,20	1471	0,009	-0,27
	Sim	88	2,35	0,59	2,20	2,00	2,60			

Nota. M = média; DP = desvio-padrão; Md = mediana; Q1 = primeiro quartil; Q3 = terceiro quartil; U = estatística de Mann-Whitney; r = *rank-biserial correlation*. O sinal negativo indica que o grupo Não apresentou escores mais elevados. Tamanho de efeito interpretado segundo Vargha e Delaney (2000): pequeno (≥ 0,11), médio (≥ 0,28) e grande (≥ 0,43).

4.5 Kruskal-Wallis

A Tabela 8 apresenta os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* para a comparação das variáveis financeiras segundo a principal fonte de renda. Foram identificadas diferenças estatisticamente significativas para Práticas de Organização do Dinheiro, Experiência com Dívidas e Sentimentos em Relação ao Dinheiro, todos com tamanho de efeito grande. Educação Financeira e Apoio Público não apresentou diferença estatisticamente significativa. As comparações múltiplas pelo método *Dwass-Steel-Critchlow-Fligner* revelaram, para Práticas de Organização do Dinheiro, que o grupo Benefícios sociais apresentou escores menores do que os grupos Estágio/Estudante (W = 4,88, p = 0,010), Trabalho formal (W = 4,25, p = 0,043) e Trabalho informal/Autônomo (W = 5,66, p = 0,001). Para Experiência com Dívidas, o grupo Aposentadoria apresentou

escores menores do que o grupo Benefícios sociais (W = 4,71, p = 0,015), e este apresentou escores maiores do que o grupo Trabalho formal (W = −5,33, p = 0,003). Para Sentimentos em Relação ao Dinheiro, o grupo Aposentadoria apresentou escores menores do que o grupo Benefícios sociais (W = 4,92, p = 0,009); o grupo Benefícios sociais apresentou escores maiores do que os grupos Sem renda (W = −4,45, p = 0,028), Trabalho formal (W = −6,01, p < 0,001) e Trabalho informal/ Autônomo (W = −5,50, p = 0,002).

Tabela 8 - . Comparação das variáveis financeiras segundo a principal fonte de renda: Teste de Kruskal-Wallis

Variável dependente	Grupo	N	M	DP	Md	Q1	Q3	χ^2	gl	p	ε^2
Práticas de Organização do Dinheiro	Aposentadoria	14	3,20	0,49	3,40	2,85	3,40	30,12	6	<0,001	0,22
	Benefícios sociais	55	2,83	0,55	2,80	2,50	3,10				
	Dependente de familiar	6	3,67	0,82	3,90	3,00	4,20				
	Estágio/Estudante	8	3,75	0,66	3,70	3,20	4,05				
	Sem renda	9	3,36	0,84	3,20	2,80	4,20				
	Trabalho formal	7	3,86	0,88	3,80	3,40	4,40				
	Trabalho informal/Autônomo	36	3,46	0,74	3,40	3,00	3,85				
Experiência com Dívidas	Aposentadoria	14	2,90	0,74	2,70	2,40	3,00	22,19	6	0,001	0,17
	Benefícios sociais	55	3,55	0,46	3,60	3,20	3,80				
	Dependente de familiar	6	3,13	0,93	2,90	2,80	3,90				
	Estágio/Estudante	8	2,77	0,97	3,00	2,40	3,40				
	Sem renda	9	3,20	0,81	3,20	2,60	4,00				
	Trabalho formal	7	2,46	0,51	2,40	2,20	2,60				
	Trabalho informal/Autônomo	36	3,18	0,87	3,30	2,60	3,80				
	Aposentadoria	14	2,99	0,82	2,70	2,40	3,40	34,37	6	<0,001	0,26

Sentimentos em Relação ao Dinheiro	Benefícios sociais	55	3,84	0,48	3,80	3,60	4,10				
	Dependente de familiar	6	3,53	1,23	3,70	2,90	4,50				
	Estágio/Estudante	8	2,73	1,36	2,60	1,70	4,05				
	Sem renda	9	2,96	0,96	3,20	2,80	3,40				
	Trabalho formal	7	2,23	0,71	2,60	1,80	2,80				
	Trabalho informal/Autônomo	36	3,12	0,91	3,20	2,40	3,80				
Educação Financeira e Apoio Público	Aposentadoria	14	2,59	0,42	2,40	2,25	2,90	9,26	6	0,159	0,07
	Benefícios sociais	55	2,37	0,45	2,40	2,00	2,60				
	Dependente de familiar	6	2,27	0,55	2,30	2,05	2,55				
	Estágio/Estudante	8	2,98	0,94	2,80	2,20	3,45				
	Sem renda	9	2,87	1,02	2,60	2,00	3,60				
	Trabalho formal	7	2,91	0,99	2,60	2,20	3,30				
	Trabalho informal/Autônomo	36	2,33	0,79	2,20	1,80	2,80				

Nota. M = média; DP = desvio-padrão; Md = mediana; Q1 = primeiro quartil; Q3 = terceiro quartil; χ^2 = estatística de *Kruskal-Wallis*; gl = graus de liberdade; ε^2 = epsilon quadrado. Os valores de χ^2, gl, p e ε^2 referem-se ao teste geral por variável dependente. Tamanho de efeito interpretado segundo Cohen (1988): pequeno (≥ 0,01), médio (≥ 0,06) e grande (≥ 0,14). As comparações múltiplas foram conduzidas pelo *método Dwass-Steel-Critchlow-Fligner*.

A Tabela 9 apresenta os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* para a comparação das variáveis financeiras segundo o tipo de benefício ou programa social governamental recebido. Foram observadas diferenças estatisticamente significativas em todas as variáveis, com tamanhos de efeito grande. As comparações múltiplas pelo método *Dwass-Steel-Critchlow-Fligner* indicaram, para Práticas de Organização do Dinheiro, escores menores nos grupos BPC/LOAS (W = 6,07, p < 0,001) e Bolsa Família (W = 7,65, p < 0,001) em relação ao grupo que não recebe benefício, e escores menores neste grupo em

relação ao grupo Outro benefício (W = −3,93, p = 0,043). Para Experiência com Dívidas, o grupo Aposentadoria apresentou escores menores do que os grupos BPC/LOAS (W = 5,41, p = 0,001) e Bolsa Família (W = 6,02, p < 0,001); os grupos BPC/LOAS (W = −5,80, p < 0,001) e Bolsa Família (W = −8,31, p < 0,001) apresentaram escores maiores do que o grupo que não recebe benefício. Para Sentimentos em Relação ao Dinheiro, o grupo Aposentadoria apresentou escores menores do que os grupos BPC/LOAS (W = 4,73, p = 0,007) e Bolsa Família (W = 5,36, p = 0,001); os grupos BPC/LOAS (W = −6,73, p < 0,001) e Bolsa Família (W = −9,42, p < 0,001) apresentaram escores maiores do que o grupo que não recebe benefício. Para Educação Financeira e Apoio Público, o grupo Aposentadoria apresentou escores maiores do que o grupo BPC/LOAS (W = −4,09, p = 0,032).

Tabela 9 - Comparação das variáveis financeiras segundo o benefício ou programa social governamental recebido: Teste de Kruskal-Wallis

Variável dependente	Grupo	N	M	DP	Md	Q1	Q3	χ^2	gl	p	ε^2
Práticas de Organização do Dinheiro	Aposentadoria	9	3,09	0,59	3,40	2,40	3,40	36,60	4	<0,001	0,27
	BPC/LOAS	17	2,88	0,45	2,80	2,60	3,20				
	Bolsa Família	57	2,94	0,64	2,80	2,40	3,20				
	Não recebe	44	3,77	0,69	3,80	3,40	4,20				
	Outro benefício	8	3,00	0,51	3,00	2,75	3,15				
Experiência com Dívidas	Aposentadoria	9	2,64	0,40	2,60	2,40	3,00	46,90	4	<0,001	0,35
	BPC/LOAS	17	3,60	0,47	3,60	3,20	4,00				
	Bolsa Família	57	3,63	0,48	3,60	3,20	4,00				
	Não recebe	44	2,71	0,79	2,70	2,35	3,20				
	Outro benefício	8	3,25	0,86	3,50	2,40	4,00				

Sentimentos em Relação ao Dinheiro	Aposentadoria	9	2,84	0,62	2,60	2,40	3,40	57,80	4	<0,001	0,43
	BPC/LOAS	17	3,87	0,39	3,80	3,80	4,20				
	Bolsa Família	57	3,87	0,50	3,80	3,60	4,20				
	Não recebe	44	2,55	0,95	2,60	1,80	3,20				
	Outro benefício	8	3,32	0,65	3,40	2,80	3,80				
Educação Financeira e Apoio Público	Aposentadoria	9	2,76	0,49	3,00	2,20	3,00	13,90	4	0,008	0,10
	BPC/LOAS	17	2,14	0,28	2,20	2,00	2,40				
	Bolsa Família	57	2,31	0,58	2,40	2,00	2,60				
	Não recebe	44	2,72	0,82	2,60	2,20	3,25				
	Outro benefício	8	2,67	0,89	2,30	2,20	2,65				

Nota. M = média; DP = desvio-padrão; Md = mediana; Q1 = primeiro quartil; Q3 = terceiro quartil; χ^2 = estatística de Kruskal-Wallis; gl = graus de liberdade; ε^2 = epsilon quadrado. Os valores de χ^2, gl, p e ε^2 referem-se ao teste geral por variável dependente. Tamanho de efeito interpretado segundo Cohen (1988): pequeno (≥ 0,01), médio (≥ 0,06) e grande (≥ 0,14). As comparações múltiplas foram conduzidas pelo método Dwass-Steel-Critchlow-Fligner.

A Tabela 10 apresenta os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* para a comparação das variáveis financeiras segundo a responsabilidade pelo dinheiro da casa. Foram identificadas diferenças estatisticamente significativas para Práticas de Organização do Dinheiro, Experiência com Dívidas e Educação Financeira e Apoio Público, com tamanhos de efeito pequeno. Sentimentos em Relação ao Dinheiro não apresentou diferença estatisticamente significativa. As comparações múltiplas pelo método *Dwass-Steel-Critchlow-Fligner* revelaram, para Práticas de Organização do Dinheiro, que o grupo Não responsável apresentou escores maiores do que o grupo responsável exclusivo (W = −3,81, p = 0,019). Para Experiência com Dívidas, o grupo que divide a responsabilidade financeira apresentou escores maiores do que o grupo Não responsável (W = −4,42,

p = 0,005), e este apresentou escores menores do que o grupo de responsáveis exclusivos (W = 5,85, p < 0,001). Para Educação Financeira e Apoio Público, o grupo Não responsável apresentou escores maiores do que o grupo responsável exclusivo (W = −4,24, p = 0,008).

Tabela X. Comparação das variáveis financeiras segundo a responsabilidade pelo dinheiro da casa: Teste de *Kruskal-Wallis*

Tabela 10 - Comparação das variáveis financeiras segundo a responsabilidade pelo dinheiro da casa: Teste de Kruskal-Wallis.

Variável dependente	Grupo	N	M	DP	Md	Q1	Q3	χ^2	gl	p	ε^2
Práticas de Organização do Dinheiro	Divido com outra pessoa	39	3,23	0,82	3,00	2,60	3,80	6,56	2	0,038	0,05
	Não	25	3,58	0,82	3,60	3,00	4,20				
	Sim	71	3,08	0,60	3,00	2,70	3,40				
Experiência com Dívidas	Divido com outra pessoa	39	3,28	0,81	3,40	2,90	3,80	17,18	2	<0,001	0,13
	Não	25	2,65	0,79	2,80	1,80	3,00				
	Sim	71	3,43	0,60	3,60	3,00	3,90				
Sentimentos em Relação ao Dinheiro	Divido com outra pessoa	39	3,18	1,05	3,40	2,70	3,90	3,17	2	0,205	0,02
	Não	25	3,12	1,02	3,00	2,20	4,00				
	Sim	71	3,50	0,76	3,60	3,00	4,00				
Educação Financeira e Apoio Público	Divido com outra pessoa	39	2,50	0,81	2,40	2,00	2,60	8,98	2	0,011	0,07
	Não	25	2,78	0,75	2,80	2,40	3,20				
	Sim	71	2,35	0,55	2,20	2,00	2,60				

Nota. M = média; DP = desvio-padrão; Md = mediana; Q1 = primeiro quartil; Q3 = terceiro quartil; χ^2 = estatística de Kruskal-Wallis; gl = graus de liberdade; ε^2 = epsilon quadrado. Os valores de χ^2, gl, p e ε^2 referem-se ao teste geral por variável dependente. Tamanho de efeito interpretado segundo Cohen (1988): pequeno (≥ 0,01), médio (≥ 0,06) e grande (≥ 0,14). As comparações múltiplas foram conduzidas pelo método Dwass-Steel-Critchlow-Fligner.

4.6 Análise qualitativa

O corpus foi composto por 135 textos, segmentados em 141 segmentos de texto (ST). No total, foram identificadas 2.692 ocorrências e 694 formas, configurando um volume textual de menor extensão, mas adequado para a exploração lexical. Foram registrados 409 hapax, correspondentes a 58,93% das formas e 15,19% das ocorrências, o que indica uma proporção elevada de palavras com baixa frequência no corpus (padrão esperado em corpora de menor dimensão), nos quais a diversidade lexical tende a ser expressiva em relação ao total de ocorrências.

4.7 Nuvem de palavras

A forma mais recorrente foi *dinheiro* (f=48), seguida por *pagar* (f=42), *conseguir* (f=38), *emprego* (f=36) e *oportunidade* (f=32). Em frequência também elevada, destacaram-se *conta* (f=31), *filho* (f=25), *ficar* (f=24) e *dívida* (f=21).Ainda entre os termos incluídos na nuvem, observaram-se *gastar* (f=17), *gasto* (f=16), *comprar* (f=15), *casa* (f=14), *educação financeira* (f=13), *renda* (f=13), *mês* (f=13), *melhor* (f=12), *precisar* (f=12), *maior* (f=11), *planejar* (f=11), *pandemia* (f=11) e *cuidar* (f=10); as demais formas estão presentes na figura abaixo. Em conjunto, essas recorrências indicam que o corpus se organiza em torno de discussões sobre gestão financeira, renda, dívidas, emprego e consumo, com presença relevante de referências ao contexto doméstico e familiar, bem como à pandemia como fator contextual das dificuldades econômicas relatadas.

Figura 2 - Nuvem com as palavras mais frequentes do corpus textual (≥100)



Nota. As palavras mais frequentes do corpus textual são apresentadas de maneira mais evidente e com maior ênfase na figura acima.

4.8 Similitude

A análise de similitude revelou pagar como o principal núcleo organizador do corpus, conectado diretamente a educação financeira, emprego, filho, conta, conseguir, dívida e dinheiro.

A partir desse eixo central, identificaram-se agrupamentos semanticamente distintos. O núcleo conseguir articulou-se a termos como pandemia, qualificação, investir, acesso e informação, sugerindo discussões sobre estratégias de superação das dificuldades financeiras agravadas pela pandemia. O agrupamento em torno de filho e casa reuniu termos como

comer, remédio, fome e necessidade, indicando que as responsabilidades familiares e a provisão de necessidades básicas constituem motivadores centrais das preocupações financeiras. O núcleo emprego e oportunidade conectou-se a perder, estável, vaga e planejamento, evidenciando discussões sobre instabilidade no vínculo empregatício e busca por controle financeiro. O agrupamento de dívida articulou-se a cartão, despesa e evitar, compondo um campo discursivo sobre endividamento. O núcleo dinheiro foi o mais extenso, reunindo termos como ganhar, organizar, administrar, guardar, família e autonomia, refletindo a centralidade da gestão financeira cotidiana no corpus. Por fim, gastar conectou-se a emergência, imprevisto, reserva e independência, apontando para discussões sobre imprevistos e planejamento de reservas.

Figura 3 - Análise de similitude das palavras mais frequentes do corpus textual (≥100)

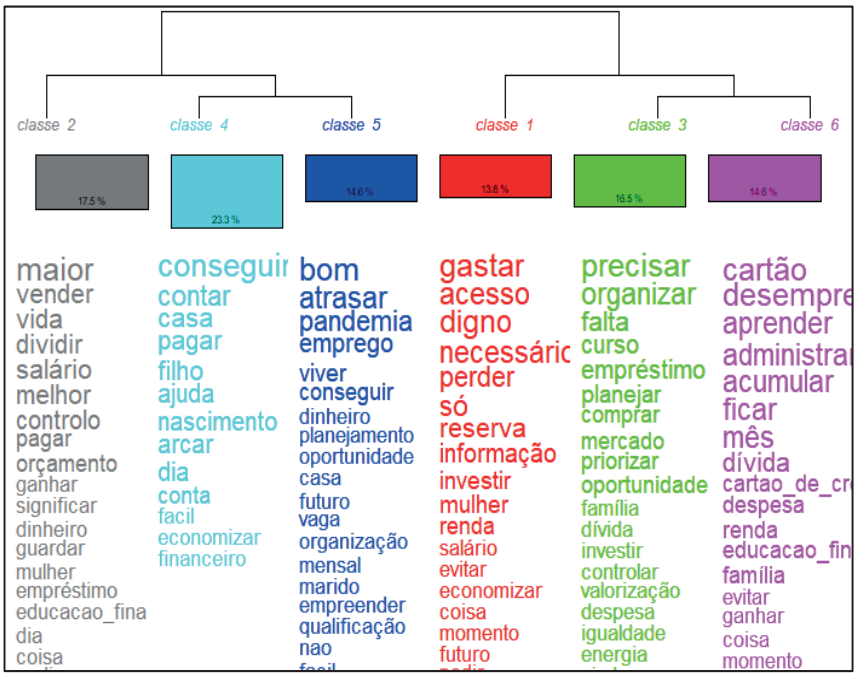


Nota. A figura apresenta as palavras que mais se destacam no discurso e suas principais ramificações.

4.9 Classificação Hierárquica Descendente

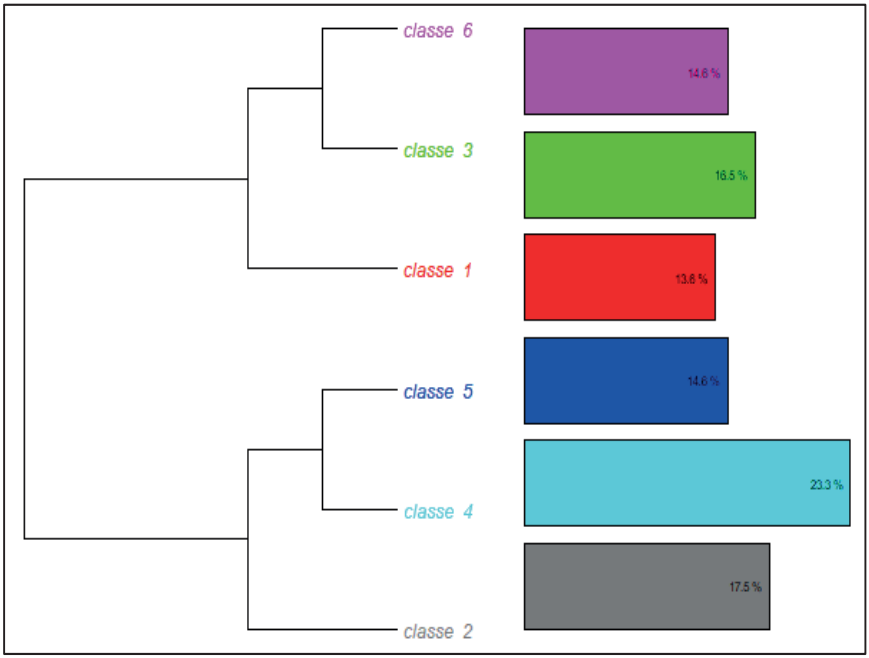
Dentre os 141 segmentos de texto (ST) provenientes de 135 textos, 103 segmentos (73,05%) foram aproveitados para a realização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). O corpus analisado foi composto por 694 formas, totalizando 2.692 ocorrências, com 533 lemas. Observou-se uma média de 19,09 formas por segmento, além de 428 formas ativas, das quais 119 apresentaram frequência igual ou superior a 3.A partir da CHD, foram identificadas 6 classes temáticas, cuja organização e proporções no corpus são apresentadas no dendrograma (Figura 4). A análise do dendrograma permite visualizar a estrutura semântica do material, bem como a distribuição das classes e a proximidade entre os agrupamentos de sentido emergentes no corpus textual.

Figura 4 Dendograma com as palavras representativas de cada classe lexical identificada pela CHD.



Nota. A figura apresenta a distribuição dos segmentos de textos entre as diferentes classes e apresenta as principais palavras de cada classificação.

Figura 5 Dendograma com as classes do corpus textual sugeridas pela CHD.



Nota. A figura apresenta a distribuição dos segmentos de textos entre as diferentes classes, sugeridas pela CHD para o corpus textual.

Descrição das classes:

Classe 1 – Controle de gastos, reserva financeira e acesso à educação financeira

Compreende 13,59% do corpus textual classificado. A saúde financeira, nessa classe, é compreendida predominantemente como a capacidade de conter despesas, constituir reservas e acessar informações sobre gestão do dinheiro. Trata-se de uma classe marcada pela articulação entre a necessidade de gastar apenas o necessário, evitar dívidas e manter alguma reserva para emergências e para o futuro. Os momentos de crise relatados giram em torno da perda de emprego e do acúmulo de contas,

ao passo que as demandas expressas concentram-se em mais oportunidades de emprego, acesso a programas de educação financeira e condições de renda digna.

A independência financeira aparece, nessa classe, vinculada ao acesso a conhecimento, ao empreendedorismo e ao planejamento consciente dos gastos como estratégias de ampliação de fontes de renda. Os segmentos sugerem que gastar com cautela e manter reservas são compreendidos não apenas como práticas de sobrevivência, mas como condição para a construção de autonomia financeira. A educação financeira emerge, nesse contexto, como demanda estrutural, apontada como recurso ausente nos momentos de maior vulnerabilidade econômica.

Um segmento típico desta classe afirma: *"não só mulheres mas todo cidadão com ganhos seria ter acesso a informações de como cuidar, tratar e investir o seu dinheiro."*

Classe 2 – Reserva de emergência, autonomia financeira e vulnerabilidade econômica

Compreende 17,48% do corpus textual classificado. A reserva financeira ocupa, nessa classe, posição central como elemento de segurança e autonomia. Os relatos abordam a capacidade de manter dinheiro guardado como condição para enfrentar imprevistos e garantir estabilidade, e os momentos de crise envolvem situações de endividamento severo, como a necessidade de vender bens, parcelar dívidas em muitas vezes ou recorrer a empréstimos que comprometeram a capacidade de pagamento. As demandas expressas concentram-se em melhores salários, mais oportunidades de trabalho e maior valorização profissional da mulher.

Essa classe expressa uma compreensão da saúde financeira fortemente associada à ideia de controle sobre a própria vida, os próprios sonhos e as próprias escolhas. Os segmentos indicam que a ausência de reserva financeira não é vivenciada apenas

como problema econômico, mas como perda de autonomia e de segurança existencial. A independência financeira aparece como horizonte desejado, mas sistematicamente comprometido por condições estruturais de desigualdade salarial e acesso limitado ao mercado de trabalho.

Um dos segmentos com maior pontuação nessa classe afirma:: *"a independência financeira não é apenas sobre ganhar dinheiro, mas sobre ter controle sobre a própria vida, seus sonhos e suas escolhas."*

Classe 3 – Planejamento, organização do orçamento e superação de imprevistos

Compreende 16,50% do corpus textual classificado. O planejamento e a organização sistemática das receitas e despesas constituem, nessa classe, os principais eixos de sentido atribuídos à saúde financeira. Os relatos destacam a necessidade de antecipar gastos, estruturar o orçamento mensal e construir condições para objetivos de médio e longo prazo, como aquisição de bens e realização de investimentos. Os momentos de crise envolvem a realização de empréstimos para cobrir necessidades básicas, atraso de contas e situações de privação, incluindo incapacidade de suprir necessidades dos filhos.

Nessa perspectiva, o planejamento não aparece apenas como ferramenta de controle, mas como caminho para a construção de um futuro mais seguro. Os segmentos sugerem que a organização financeira deve considerar as limitações impostas por fatores externos, como imprevistos e oscilações de renda, e não apenas a disciplina individual. As demandas concentram-se em mais oportunidades de trabalho, cursos profissionalizantes acessíveis e maior valorização no mercado, sinalizando que o planejamento individual é percebido como insuficiente sem suporte estrutural.

A fala a seguir ilustra bem o conteúdo central dessa classe:: *"organizar-se para que nunca esteja em falta e planejar-se para que o fluxo do dinheiro aumente, respeitando as limitações impostas por fatores externos."*

Classe 4 – Pagamento de contas, cuidado com filhos e demandas por suporte estrutural

Compreende 23,30% do corpus textual classificado, sendo a maior classe do corpus. Garantir o pagamento das contas mensais e assegurar condições básicas de vida para a família, especialmente para os filhos, constitui o núcleo central dessa classe. Os relatos são marcados por situações de crise associadas ao adoecimento de crianças, à pandemia, à dificuldade de pagar aluguel, escola e remédios, e à incapacidade de assumir sozinha os encargos domésticos. As demandas expressas revelam necessidades concretas e estruturais: emprego mais acessível, creche para os filhos, apoio doméstico para viabilizar o trabalho, igualdade salarial e qualificação profissional.

Articulando saúde financeira, maternidade e desigualdade de gênero, essa classe evidencia que as dificuldades relatadas não decorrem exclusivamente de escolhas individuais, mas de uma estrutura social que atribui às mulheres a maior parte das responsabilidades de cuidado sem oferecer as condições necessárias para conciliá-las com o trabalho remunerado. Os segmentos sugerem que a saúde financeira emerge, nessa classe, como questão simultaneamente econômica, familiar e de gênero.

O segmento de maior representatividade nessa classe afirma: *"conseguir arcar com as dívidas com segurança, quando meus filhos adoeceram na pandemia, ter mais ajuda em casa para poder trabalhar tranquila."*

Classe 5 – Pandemia, privação e busca por emprego e autonomia

Compreende 14,56% do corpus textual classificado. A pandemia funciona, nessa classe, como contexto estruturante dos relatos, marcando experiências de ruptura financeira, perda de renda e dificuldade de acesso a necessidades básicas como alimentação e energia elétrica. Os relatos incluem atrasos no pagamento de pensão, separação, desemprego prolongado e impossibilidade de manter os filhos. As demandas expressas concentram-se em mais oportunidades de emprego, autonomia financeira, qualificação e educação financeira como instrumentos de autossuficiência.

Nessa classe, a pandemia não aparece apenas como evento conjuntural, mas como amplificador de vulnerabilidades preexistentes, especialmente para mulheres com responsabilidades de cuidado. Os segmentos indicam que a saúde financeira, nesse contexto, é vivenciada menos como planejamento e mais como sobrevivência, e que a autonomia financeira emerge como horizonte desejado, mas sistematicamente adiado por condições externas que escapam ao controle individual.

Entre os relatos mais característicos dessa classe, encontra-se: *"mais educação quanto à gestão do próprio dinheiro, utilizando-o não apenas como algo necessário para a manutenção da casa, mas também como promotor de autossuficiência."*

Classe 6 – Endividamento no cartão de crédito, desemprego e educação financeira

Compreende 14,56% do corpus textual classificado. Um padrão específico de crise financeira organiza essa classe: o acúmulo de dívidas no cartão de crédito, frequentemente associado a períodos de desemprego ou redução de renda. Os relatos abordam a dificuldade de fazer o dinheiro durar até o fim do mês, a realização de compras impulsivas e a necessidade

de desenvolver disciplina e consciência financeira. Os momentos de crise envolvem faturas acumuladas, negativação e impossibilidade de quitar parcelamentos. As demandas concentram-se em educação financeira, mais vagas de emprego para mulheres e mudanças estruturais na dinâmica familiar quanto à divisão de responsabilidades financeiras.

Nessa classe, o endividamento é vivenciado como resultado tanto de escolhas individuais quanto de condições estruturais, como desemprego e ausência de educação financeira, e a superação desse quadro é percebida como algo que demanda cooperação familiar e acesso a informação qualificada sobre gestão do dinheiro. A saúde financeira emerge, portanto, como prática de gestão consciente e planejada, que vai além do corte de gastos e envolve reorganização de hábitos, prioridades e responsabilidades coletivas dentro da família.

O conteúdo dessa classe pode ser exemplificado pelo seguinte segmento: *"gerenciar finanças com consciência, planejamento e disciplina, não apenas cortar gastos, quando acumulei parcelas no cartão de crédito, aprenderem a cuidar melhor das finanças com mais cooperação dos demais integrantes da família."*

PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO (PTT)

5.1 Apresentação do PTT: FIO – Finanças, Inclusão e Organização

Como desdobramento aplicado desta investigação, propõe-se a sistematização de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) O Produto Técnico-Tecnológico (PTT) desenvolvido neste estudo, intitulado FIO (Finanças, Inclusão e Organização), configura-se como uma Tecnologia Social voltada à promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade. A escolha do nome FIO remete à metáfora de conexão, continuidade e construção de trajetórias, além de dialogar com o uso afetivo da palavra no contexto nordestino para se referir a filho, reforçando os vínculos de cuidado e proximidade com o público assistido.

O Produto Técnico-Tecnológico proposto foi concebido a partir dos achados da pesquisa empírica e do referencial teórico sobre educação financeira, vulnerabilidade social, gênero, afetos e cidadania financeira. O FIO se configura como uma tecnologia social voltada à promoção da autonomia econômica de mulheres em territórios vulneráveis, articulando espaços de formação crítica, troca de experiências e construção coletiva de estratégias de organização financeira.

O PTT busca ser implementado em parceria com equipamentos públicos de assistência social e proteção básica, programas de transferência de renda e organizações da sociedade civil que atuam com mulheres inscritas no CadÚnico. Seu foco é integrar educação financeira, proteção social e fortalecimento de redes de apoio, reconhecendo as participantes como sujeitas de saber e não apenas como destinatárias de conteúdos prontos.

5.2 Estrutura e módulos do FIO

O PTT fundamenta-se na compreensão da educação financeira como uma prática social e estética, integrando as dimensões econômica, social e afetiva. O diagnóstico que sustenta o FIO revela que a vulnerabilidade financeira é agravada por uma experiência afetiva profunda, onde sentimentos como medo, culpa e ansiedade associados à dívida paralisam a potência de agir das mulheres (Spinoza, 2016). Assim, a proposta busca substituir esses afetos paralisantes por sentimentos de esperança, controle e possibilidade de futuro.

A estrutura do PTT organiza-se em um modelo formativo progressivo, composto por cinco módulos interdependentes, desenhados para serem aplicados de forma sequencial e cumulativa em equipamentos públicos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A tabela 5 a seguir detalha os objetivos e as temáticas centrais de cada etapa:

Tabela 11- Objetivos e Temáticas PTT

Módulo	Título	Objetivo e Conteúdo Central
Módulo 1	**Diagnóstico e Dimensão Afetiva**	Compreender o cenário financeiro das participantes a partir de rodas de conversa e escuta ativa. Busca identificar os afetos associados ao endividamento (medo, culpa, vergonha) para iniciar o processo de ressignificação da relação com o dinheiro.
Módulo 2	**Planejamento Financeiro Reflexivo**	Construir um orçamento doméstico situado e adaptado às condições reais de renda. Utiliza metodologias participativas, como mapas mentais e narrativas visuais, para externalizar e problematizar as realidades financeiras cotidianas.
Módulo 3	**Crédito Consciente e Cidadania**	Desenvolver competências críticas para a tomada de decisão financeira. Aborda o uso do crédito e do microcrédito como instrumentos de inclusão e autonomia, orientando para a prevenção do superendividamento.
Módulo 4	**Geração de Renda e Inclusão Produtiva**	Desenvolver estratégias práticas de geração de renda. Integra fundamentos de empreendedorismo, precificação e acesso a mercados, com foco em atividades contextualizadas e voltadas à aplicação imediata.
Módulo 5	**Projeto de Autonomia e Sustentabilidade**	Integrar os conhecimentos construídos ao longo do programa na elaboração de um Plano Individual de Autonomia Econômica. Foca na sustentabilidade dos resultados e na continuidade da aprendizagem em longo prazo.

Fonte: Elaborado pelas autora (2026).

5.3 Metodologia de implementação do FIO

A metodologia proposta para o FIO é dialógica e participativa, inspirada em abordagens de educação popular, nas quais o ponto de partida são as experiências concretas das participantes. Em vez de uma sequência de "dicas" sobre como gastar menos, o PTT propõe rodas de conversa, dinâmicas de grupo, análise de situações reais e construção de materiais pelas próprias mulheres, em linguagem acessível e conectada à vida cotidiana.

A implementação prevê a formação de facilitadoras locais (técnicas da assistência social, educadoras populares, lideranças comunitárias), que receberão materiais de apoio contendo orientações para condução dos encontros, sugestões de atividades, exemplos de contratos e instrumentos simples de organização. Recomenda-se a realização de encontros semanais ou quinzenais, com duração aproximada de duas horas, ao longo de pelo menos dois meses.

Como estratégia de monitoramento e avaliação, sugere-se a aplicação de instrumentos simples antes e depois da participação no FIO, contemplando percepção de organização financeira, relação afetiva com o dinheiro, uso de crédito e conhecimento sobre direitos. Também é possível utilizar narrativas e relatos das participantes para acompanhar mudanças nas práticas e nas percepções ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade socioeconômica feminina, especialmente entre mulheres inscritas no Cadastro Único, ultrapassa a dimensão da insuficiência de renda e expressa condições estruturais marcadas por desigualdades de gênero, raça e classe, pela sobrecarga de responsabilidades de cuidado e por permanentes estratégias de sobrevivência. As participantes desta pesquisa ocupam posição central na sustentação material e afetiva de suas famílias, administrando recursos escassos, enfrentando dívidas e mediando decisões financeiras cotidianas em contextos de instabilidade.

As mulheres participantes desta pesquisa ocupam posição central na sustentação material e afetiva de suas famílias, administrando recursos escassos, enfrentando dívidas e mediando decisões financeiras cotidianas em contextos de instabilidade. Foi nesse cenário que o estudo se desenvolveu, reconhecendo essas mulheres como sujeitos sociais que produzem práticas, sentidos e estratégias relacionadas à autonomia econômica.

O objetivo da pesquisa foi compreender os afetos mobilizados pela educação financeira e suas implicações para a autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando o grau de endividamento e os sentidos atribuídos às práticas financeiras. A problemática que orientou o estudo partiu da necessidade de compreender se a educação financeira, articulada a uma perspectiva crítica e sensível às experiências vividas, pode contribuir para ressignificar relações com a dívida, fortalecer capacidades de decisão e ampliar condições de autonomia. Essa

discussão se justifica diante da expansão de políticas de crédito e inclusão financeira voltadas a públicos vulneráveis, ainda pouco acompanhadas por processos formativos estruturados.

Os resultados evidenciaram que o endividamento não se apresenta apenas como desequilíbrio orçamentário, mas como experiência atravessada por medo, insegurança, culpa e restrições à capacidade de agir. As análises quantitativas mostraram correlações relevantes entre experiências com dívidas, sentimentos associados ao dinheiro e práticas financeiras. As evidências qualitativas aprofundaram esse entendimento ao revelar que a gestão do dinheiro é fortemente orientada pela lógica do cuidado, sobretudo em torno da alimentação, dos filhos e das necessidades imediatas. Ao mesmo tempo, emergiram discursos associados ao desejo de independência, estabilidade e construção de futuro, revelando tensões permanentes entre vulnerabilidade e emancipação.

A pesquisa mostrou que abordagens restritas à dimensão instrumental da educação financeira são insuficientes para responder à complexidade dessas realidades. O estudo reforça a necessidade de compreender a educação financeira como prática social, reflexiva e situada, integrada às políticas públicas e às dimensões afetivas que atravessam a relação com o dinheiro. Nessa direção, o Produto Técnico-Tecnológico FIO configura-se como contribuição concreta do trabalho, ao propor uma tecnologia social replicável voltada à formação crítica, ao fortalecimento da autonomia econômica e à ampliação da cidadania financeira.

Os resultados deste estudo evidenciaram que mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inscritas no CadÚnico, ocupam posição central na gestão do orçamento doméstico, mas o fazem em contexto de forte instabilidade de renda, dependência de benefícios sociais e uso recorrente de crédito para suprir necessidades básicas. A combinação entre alta exposição a dívidas e intensa carga afetiva em relação ao

dinheiro reforça a necessidade de abordagens de educação financeira que superem perspectivas estritamente normativas e individualizantes.

A análise estatística revelou que participantes que recebem benefícios sociais apresentam maior experiência com dívidas e sentimentos mais intensos em relação ao dinheiro, ao passo que aquelas que não recebem benefícios tendem a apresentar melhores práticas de organização financeira e percepção mais favorável de educação financeira e apoio público. Esses achados sugerem que políticas de transferência de renda, embora fundamentais para a sobrevivência, não bastam por si só para promover autonomia econômica, sendo necessário integrá-las a ações formativas e de regulação do crédito.

Ao articular dados quantitativos e análise lexical das narrativas, a pesquisa demonstrou que a dívida não é apenas indicador econômico, mas também experiência subjetiva carregada de moralidade, vergonha, medo e esperança. Políticas e práticas de educação financeira que ignoram essa dimensão correm o risco de reforçar sentimentos de culpa e de fracasso individual, em vez de fortalecer a potência de agir das mulheres. Limitações estiveram presentes e precisam ser reconhecidas. O recorte territorial da pesquisa restringe possibilidades de generalização. O caráter transversal do estudo não permite observar mudanças nas trajetórias das participantes ao longo do tempo. A investigação de experiências sensíveis relacionadas a dívidas, vergonha e sofrimento também trouxe desafios metodológicos próprios da pesquisa social aplicada. Ainda assim, tais limites não comprometem a consistência dos achados, mas indicam caminhos para aprofundamentos futuros.

Contribuições para as políticas públicas brasileiras emergem de forma direta. Os resultados apontam que políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso ao crédito podem ampliar vulnerabilidades quando desvinculadas de processos formativos e de apoio institucional. O estudo oferece subsídios para incorporar educação financeira como

dimensão estratégica da proteção social, especialmente em equipamentos públicos como CRAS e programas voltados às mulheres. Trata-se de uma contribuição relevante para o desenho e aperfeiçoamento de políticas que articulem renda, autonomia e equidade de gênero.

Contribuições acadêmicas situam-se na articulação entre educação financeira, políticas públicas, gênero e teoria dos afetos, ampliando a compreensão do endividamento como fenômeno multidimensional. O trabalho também contribui metodologicamente ao combinar métodos mistos e análise lexical como estratégia interpretativa no campo da administração pública. No plano social e prático, o estudo reconhece saberes produzidos por mulheres em contextos de vulnerabilidade e oferece bases para intervenções mais sensíveis às realidades territoriais. Para a gestão pública, os resultados indicam possibilidades concretas de inovação social por meio de tecnologias sociais aplicadas.

Lacunas permanecem e demandam novas investigações. Estudos longitudinais podem avaliar efeitos de intervenções formativas sobre autonomia econômica. Pesquisas comparativas podem explorar diferenças entre territórios, perfis de renda e arranjos familiares. Relações entre endividamento, saúde mental, violência econômica e políticas de microcrédito também constituem agendas promissoras para aprofundamento científico e institucional.

O PTT FIO – Finanças, Inclusão e Organização, concebido a partir desses achados, apresenta-se como proposta concreta para integrar educação financeira crítica, proteção social e fortalecimento de redes comunitárias, em diálogo com a realidade de mulheres de baixa renda. Sua implementação em equipamentos públicos e organizações parceiras pode contribuir para a promoção de trajetórias de maior autonomia econômica, desde que acompanhada de condições institucionais e políticas que garantam continuidade e apoio.

Como recomendações, propõe-se que políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e proteção social incorporem ações permanentes de educação financeira crítica nos territórios, especialmente por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), programas vinculados ao Cadastro Único e iniciativas de microcrédito orientado. Recomenda-se que tais ações sejam estruturadas para além de conteúdos instrumentais sobre orçamento e consumo, contemplando dimensões como cuidado, autonomia decisória, prevenção do superendividamento e fortalecimento das capacidades econômicas das mulheres. Recomenda se, ainda, que gestores públicos promovam articulação intersetorial entre assistência social, educação, trabalho e políticas para mulheres, favorecendo respostas mais integradas à vulnerabilidade econômica feminina.

No campo institucional, sugere-se testar e validar o Produto Técnico-Tecnológico FIO em diferentes contextos territoriais, com monitoramento de impacto e potencial de escalabilidade. Para a agenda pública, os resultados indicam a necessidade de reconhecer a educação financeira não como ação periférica, mas como componente estratégico da cidadania financeira e da promoção da equidade de gênero no Brasil.

Mulheres chefes de família que vivem à luz dos programas sociais não podem ser interpretadas apenas como destinatárias de benefícios. São gestoras da sobrevivência cotidiana, organizadoras do cuidado e protagonistas de práticas econômicas invisibilizadas pelas leituras convencionais sobre pobreza. Há, nessas trajetórias, capacidade de resistência, inteligência prática e projetos de autonomia que desafiam visões reducionistas sobre dependência. Fortalecer a autonomia econômica dessas mulheres significa reconhecer que políticas públicas transformadoras não se resumem ao acesso a recursos, mas exigem condições para que essas mulheres possam decidir, projetar e construir futuros menos marcados pela precariedade. É nessa direção que a educação financeira, como estratégia pública, encontra seu sentido mais amplo.

Como limitações do estudo, destacam-se o recorte territorial restrito, a utilização de amostra não probabilística e o uso de um único instrumento de coleta, o que limita a generalização dos resultados. Pesquisas futuras podem ampliar o recorte geográfico, incorporar outras técnicas de pesquisa qualitativa e avaliar a implementação do PTT em diferentes contextos, produzindo evidências sobre seus efeitos em termos de organização financeira, relação afetiva com o dinheiro e percepção de autonomia econômica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOVERNO. **Programa Acredita vai oferecer microcrédito para inscritos no Cadastro Único.** 22 abr. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br. Acesso em: 1 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania financeira.** Brasília: BCB, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores de cidadania financeira.** Brasília: BCB, 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de cidadania financeira**. Brasília: BCB, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BASTOS, N. Aprendizagem social e desenvolvimento profissional: as comunidades de prática no campo da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 25, n. 84, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br. Acesso em: 1 maio 2026.

BECKER, K. L.; MATHEIS, A.; COSTA, B. **Alfabetização financeira e vulnerabilidade feminina no Brasil**. 2024.

BIROLI, Flávia. Críticas feministas à democracia no Brasil: análises da crise e dos limites da normalidade. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 113, p. 7-24, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024**. Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Planejamento Estratégico Institucional 2023-2026:** sumário executivo. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://mds.gov.br. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios**. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br. Acesso em: 1 maio 2026.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia,** Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CASTAÑEDA, R. F. G. Desenvolvimento de projeto de pesquisa: abordagem qualitativa experiencial interpretativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 13, p. 1-12, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso em: 1 maio 2026.

CNTE. **Políticas públicas para mulheres:** avanços e desafios no cenário contemporâneo. 2025. Disponível em: https://www.cnte.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.

COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1988.

CONSTANTE, C. H. **Voz que clama a cidade**: impactos do Projeto Amor da OSC Beith Shalom, Igreja Brasa, 1998-2024. 2025. Trabalho acadêmico (graduação/mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://lume.ufrgs.br. Acesso em: 1 maio 2026.

CURETON, E. E. Rank-biserial correlation. **Psychometrika,** v. 21, n. 3, p. 287-290, 1956.

DIGIO. **Cidadania financeira:** o que é e qual sua importância. São Paulo, 2025.

DOCK. **Cidadania financeira:** o que significa e qual é a sua importância? São Paulo, 2023.

FARIAS, L.; DIAS, R. **O Cadastro Único:** a consolidação de uma infraestrutura para programas sociais. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 27, n. 1, p. 101-125, 2018.

FEBRABAN. **Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB).** São Paulo: Febraban, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Relatório anual de educação financeira**. 2022.

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism:** from state-managed capitalism to neoliberal crisis. London: Verso, 2013.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. To transfer is to transform: the circulation of safety knowledge. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 329-348, 2000.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; STRATI, A. **Learning and knowing in practice-based studies.** Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRECO, M. **Efetividade de um curso de educação financeira para mulheres de baixa renda**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Insper, São Paulo, 2022.

HOLLANDER, M.; WOLFE, D. A. **Nonparametric statistical methods.** 2. ed. New York: Wiley, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018:** análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JUNQUEIRA, B. R. R. S. P. **Poder rosa:** empoderamento de mulheres e meninas no contexto da educação infantil no município de Palmas sob a perspectiva do ODS 5. 2025. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Tocantins, 2025. Disponível em: http://umbu.uft.edu.br. Acesso em: 1 maio 2026.

KABEER, Naila. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change**, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999.

LIMA, J. G. C. C. A metodologia científica no ensino de língua portuguesa: contribuições para a produção de textos acadêmicos. **International Integralize Scientific**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2026. Disponível em: https://iiscientific.com. Acesso em: 1 maio 2026.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MARTINS DOS SANTOS, *et al*. **Educação financeira e comportamento de consumo.** 2020.

MIRA, M. C. **Dependência financeira e violência econômica:** desafios para a autonomia feminina. São Paulo: Editora Dialética, 2025.

MOURA, D. D.; BISPO, R. **Pesquisa-ação e cultura**: caminhos metodológicos para compreender o fazer cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

NASCIMENTO, A. L. **Vulnerabilidade social feminina**: múltiplas camadas de exclusão econômica e simbólica. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.

NASCIMENTO, A. L. *et al*. **Na volta a gente compra:** educação financeira para todas as idades. São Paulo: Editora Acadêmica, 2025.

OCDE. **OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies.** Paris: OECD, 2016.

OLIVEIRA, G. R. C. Os sem sentimento: associação para o tráfico da culpa e do ressentimento. **Educação & Realidade**, v. 49, p. 1-20, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.

OLIVINDO, C. M. S. **Farofa Social:** a prática gourmet e o desenvolvimento territorial no Delta do Parnaíba. 2021. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2021.

ONU MULHERES. **Revisão de Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Autonomia das Mulheres no PPA 2024-2027**. 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br. Acesso em: 1 maio 2026.

PESONEN, H. L.; KUTANEN, T. Financial literacy disparities among women: a study on low-income contexts. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 32, n. 2, p. 215-230, 2021.

REIS, A. C. F. **Políticas culturais**: teoria e prática. São Paulo: Manole, 2018.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil:** tristes tradições, enormes desafios. Salvador: EDUFBA, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/5012. Acesso em: 1 maio 2026.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SERASA EXPERIAN. **Índice de Saúde Financeira do Brasileiro**. São Paulo, 2025.

SERASA. **Dia da Mulher**: 93% das mulheres lideram finanças familiares. 6 mar. 2025. Disponível em: https://www.serasa.com.br/blog. Acesso em: 1 maio 2026.

SILVA, A. M. **Vozes da atenção primária no enfrentamento da violência:** diagnóstico situacional, preparo profissional e estratégias educativas. 2026. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Ceará, 2026. Disponível em: https://repositorio.ufc.br. Acesso em: 1 maio 2026.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

THE JAMOVI PROJECT. **jamovi (Version 2.6)** [software]. 2025. Disponível em: https://www.jamovi.org. Acesso em: 1 maio 2026.

THOMPSON, A. A.; STRICKLAND, A. J. **Planejamento estratégico:** elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

VARGHA, A.; DELANEY, H. D. A critique and improvement of the CL common language effect size statistics of McGraw and Wong. **Journal of Educational and Behavioral Statistics,** v. 25, n. 2, p. 101-132, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SOBRE A AUTORA

Ana Rebeca Veras Brito Fontenele, nascida em Parnaíba, é mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba, especialista em Auditoria e Controle Interno pela Universidade Estadual do Ceará e graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Atua na área de gestão e contabilidade pública, desenvolvendo estudos e pesquisas voltados à administração pública, auditoria, controle interno, sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo compromisso com a educação, a ética e o fortalecimento da gestão pública.





O problema central que orienta esta pesquisa pode ser descrito como a tensão entre, de um lado, a ampliação de políticas e programas de inclusão financeira, educação financeira e microcrédito dirigidos ao público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e, de outro, a persistência de altos níveis de endividamento e de fragilidade na gestão financeira entre mulheres de baixa renda. Trata-se de compreender de que modo essas políticas e ações formativas se articulam às experiências concretas de dívida, às práticas cotidianas de organização do dinheiro e às dimensões afetivas que atravessam a vida econômica dessas mulheres.



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ORIGEM
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADMINITRAÇÃO E SOCIEDADE

PROGRAMA
Consultoria Social

